

OS ARRUAMENTOS DA MORTE

Memórias paisagísticas dos cemitérios públicos nos arrabaldes
recifenses oitocentistas

Vanessa Viviane de Castro Sial¹

Alberto Lopes da Silva Júnior²

Cláudia Alves de Oliveira³

Sérgio Francisco Serafim Monteiro da Silva⁴

RESUMO

O impacto das epidemias de meados do século XIX, no surgimento e descentralização de espaços públicos destinados à morte na província de Pernambuco, partindo de sua capital e atravessando divisões religiosas e administrativas fronteiriças demanda uma frente interdisciplinar para sua análise, compenetrada na interface entre autos legais, projetos conceituais de elevações, planos arquitetônicos e dados cartográficos voltados ao entendimento das especificidades adquiridas pelos exemplares de diferentes freguesias dos arrabaldes Recifenses ao longo da onda de pavimentação urbana resultante do cenário de crise sanitária. Observamos, para além dos efeitos do discurso médico reverberado na acepção de lugares apartados do convívio as constantes diacrônicas contidas nas renegociações de valores simbólicos manifestos nos mesmos e em seus entornos

Palavras-chave: Arqueologia, Morte, Cemitérios, Pernambuco.

ABSTRACT

This article aims to explore the initial efforts to understand the impact of mid-19th century epidemics on the emergence and decentralization of public spaces for death in the province of Pernambuco, starting from its capital and crossing religious and administrative border divisions. We start from an interdisciplinary front focused on the interface between legal documents, conceptual elevation projects, architectural plans

1 Graduada em História pela UFPE, Mestra em História Social pela UNICAMP e Doutoranda em Arqueologia pela UFPE. Email: vanessa.sial@ufpe.br

2 Bacharel em Arqueologia pela UFPE, Mestrando em Arqueologia – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Email: alberto.silvajunior@ufpe.br

3 Docente do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Email: claudia.oliveira@ufpebr

4 Docente do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Email: sergio.serafim@ufpe.br

and cartographic data aimed at understanding the specificities acquired by examples from different parishes in the outskirts of Recife during the wave of urban paving resulting from the health crisis scenario. We observe, in addition to the effects of the medical discourse reverberated in the meaning of places separated from social life, the diachronic constants contained in the renegotiations of symbolic values manifested in these places and their surroundings.

Keywords: Archaeology, Death, Cemeteries, Pernambuco.

INTRODUÇÃO

A estatização cemiterial, tema recorrente na produção científica das últimas décadas, representa, sem dúvida, um ponto de virada nas relações entre intelectuais, políticos e membros do alto escalão eclesiástico em distintos expoentes econômicos e administrativos do Brasil Imperial (Rodrigues, 2009). Podemos também aferir que sua execução, ao menos no campo das ideias, imprime a quimera nos aspectos apriorísticos de uniformização prática, ao mesmo passo em que a natureza diversa que promove a “saída das ideias dos papéis” evoca a importância da investigação sobre o encontro de soluções palpáveis para imposições históricas e contextuais diversas.

Neste artigo buscamos compreender especificamente os impactos das políticas de Saúde Pública no cenário de surtos epidêmicos e de calamidade humanitária da segunda metade do século XIX na idealização e construção de modelos cemiteriais da então província de Pernambuco. Em uma ambiência marcada pela remanescente aceção de *morte barroca*, a propagação da Febre Amarela, Cólera Morbus e a Grande Seca (década de 1870) alinhada às teorias de propagação de enfermidades, exerceram papel significativo no impulso de projetos interessados no aparelhamento estrutural da capital Pernambucana e suas imediações, visando o enfrentamento do cenário conforme os emergentes princípios do urbanismo higienista.

O assinalado interesse justifica-se no entendimento do espaço definidor assumido pelos primeiros cemitérios públicos pernambucanos na reformulação organizacional dos lugares dos mortos em cidades, freguesias e povoados, evento esse agravado pelo anseio de modernização que marca as articulações do Segundo Reinado brasileiro e as atividades da Repartição de Obras Públicas (ROP-PE), então aberta para contratação de mão de obra estrangeira especializada

(engenharia, agrimensura, cartografia e topografia) e interessada na melhoria de equipamentos urbanos no século XIX. Sob perspectiva arqueológica, torna-se, contudo, fundamental observarmos como o Recife e núcleos adjacentes absorveram e adaptaram tais valores estéticos e simbólicos contidos em suas novas necrópoles, salientando o caráter testemunhal de seus arranjos na adequação de processos políticos e socioculturais repletos de intencionalidade.

Desse modo, esboçamos uma conseqüente “cronologia da expansão cemiterial litorânea” que dá cadência ao arruamento para a morte que tomou conta da dinâmica paisagística dos arrabaldes recifenses. Nos debruçamos, para além das características comuns às propriedades de cada exemplar de lugar da morte analisado, permitindo o robustecimento da visão de seus respectivos contextos.

CEMITÉRIOS PERNAMBUCANOS COMO ELEMENTOS DA PAISAGEM SOB INVESTIGAÇÃO

Uma das facetas com crescente ganho de notoriedade no âmbito da Arqueologia Histórica tem sido a adesão interpretativa de determinados cenários de investigação como elementos paisagísticos (Sousa, 2005; Ferreira e Ferreira, 2013; Lessa *et al*, 2018). Embora a preocupação manifesta em sistematizar as formas de uso e modificação humana no ambiente entendendo sua dinâmica resultante como próprio produto cultural não seja novidade do campo em termos de metodologia, aludindo a um desenvolvimento técnico em breve sexagenário, as produções hodiernas tem se destacado sobretudo por direcionar olhares mais atentos aos fenômenos relacionais formadores do espaço transformado, ao mesmo passo no qual a cena urbana, de mãos dadas, ascende rumo ao seu ponto enquanto lugar de interesse (De Moraes e Moraes, 2001; Leonardi, 2007, Oliveira, 2015, Gomes, 2023).

Cemitérios, espaços que comumente podem ser definidos como locais destinados a enterramentos, memória e resguardo de remanescentes humanos, mostram-se receptáculos notáveis das dinâmicas da cultura dos vivos e dos mortos contidos nesse palco recém descoberto; acomodam-se, juntamente a sujeitos, manifestações materiais simbólicas, artísticas, religiosas e políticas que aludem simultaneidades inerentes ao individual e o coletivo (Machado e Castro, 2017, Santo, 2020; Nogueira, 2022). Fato recorrente a esses testemunhos de uso persistente nas grandes metrópoles diz respeito a hibridez de suas materializações, responsáveis por conferir às mesmas um status de produtos inacabados em

constante metamorfose; nessa conjuntura, a interação histórica e dinâmica entre tal produto e meio conduzem possibilidades de matéria de expressão e significação específicas, compondo o que Najjar (2002) denominou de potencial “superartefato”.

No que tange ao quadro de estudos cemiteriais em âmbito provincial/estadual, Pernambuco apresenta uma frente de trabalhos em plena expansão. Entre os principais direcionamentos destacam-se pesquisas voltadas para o estudo das políticas públicas sobre a morte durante o período do Segundo Reinado, arte tumular, diagnósticos de conservação e políticas de patrimonialização (Sial, 2005, 2006; Tavares et al, 2016; Da Costa e Silva, 2023; Anastacio e Barbosa, 2025). Entre os diferentes enfoques, destaca-se a partilha de uma gradual tendência a elevação destes testemunhos a elementos fundamentais para o entendimento de identidades culturais e urbanísticas do lugar da morte no organismo urbano (De Assis e Roedel, 2015).

Os estudos sobre cemitérios, neste sentido, corroboram para a exploração dos horizontes sobre o fenômeno da morte e seus tratamentos nos mais diversos lugares do globo, quer pela perspectiva histórica ou pela flexível soma de áreas que têm manifesto interesse sobre a temática (Carneiro, 2011). Sob luz de uma perspectiva arqueológica, aqui alimentada sob o viés paisagístico sociocultural, propomos um tratamento sobre o reflexo do estabelecimento da primeira grande necrópole estatizada em Pernambuco nas imediações de sua capital, dando encargo a observação não apenas dos trâmites administrativos e religiosos, mas de seus dimensionamentos físicos nos espaços urbanos (Silva Júnior *et al*, 2025a). Em tal cenário de esclarecimentos, torna-se também oportuna a percepção de semelhanças e singularidades inscritas sobre tais remanescentes.

LOCALIZAÇÃO

Este trabalho tem como ponto de partida as relações de impacto assumidas entre a capital da antiga província de Pernambuco e suas vizinhanças políticas e culturais ao longo do movimento de descentralização das primeiras necrópoles públicas, tornando fundamental o entendimento da historicidade de sua geografia espacial. Composta predominantemente por planícies praias e tabuleiros costeiros (Barreto *et al*, 2016), Recife e sua comarca apresentam longa tradição comercial

atrelada à atividade portuária, reverberando no não somente no fluxo de suas freguesias estruturantes de São Pedro Gonçalves, Santo Antônio, São José e Boa Vista, como também de uma rede de nucleações compartimentalmente interligadas, dedicadas à agricultura e dinâmica açucareira edificada ainda nos primeiros séculos de sua capitania (Silva & Albuquerque, 2019; Duarte, 2020; Gonçalves, 2024).

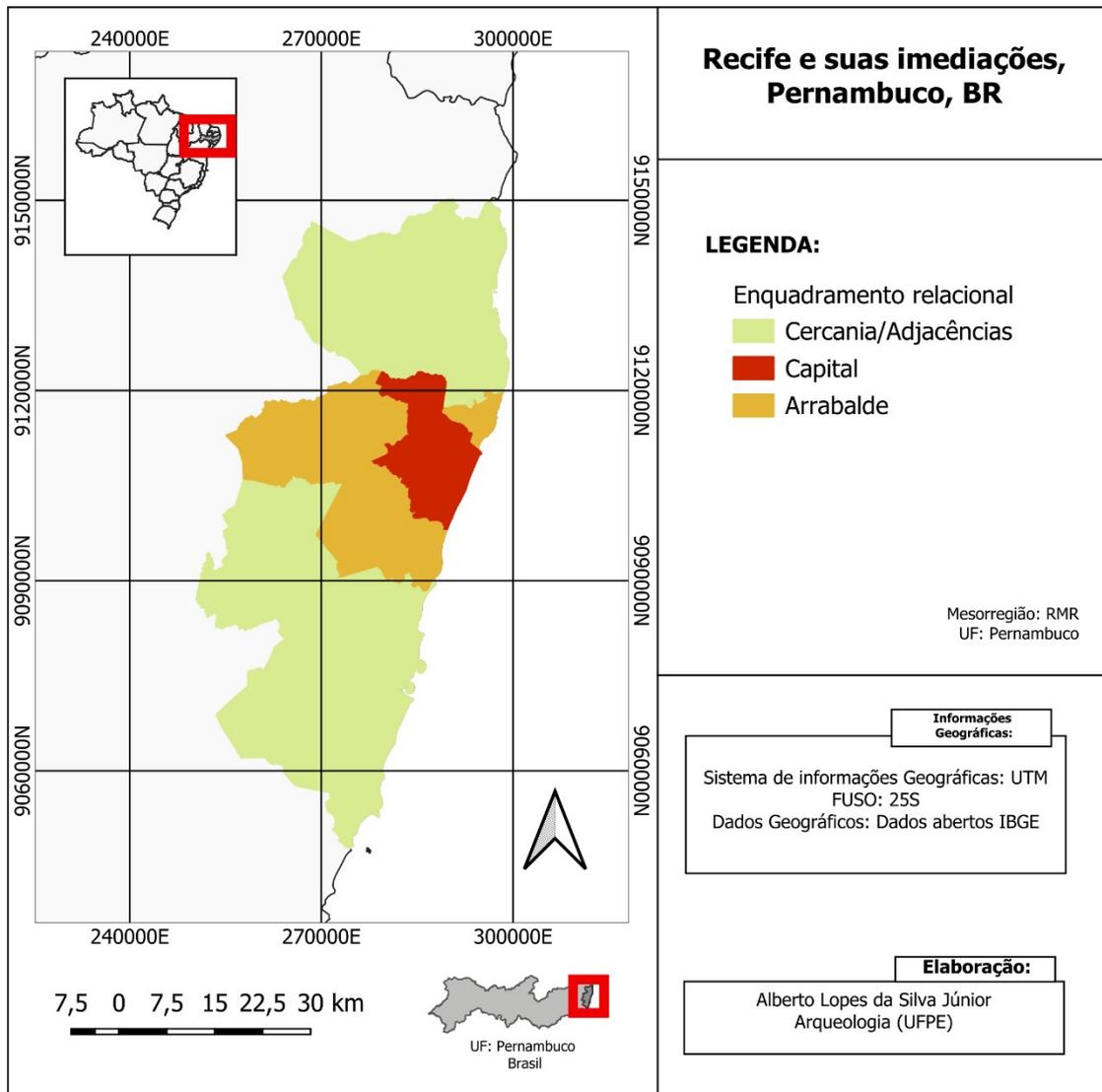
A herança interativa entre comarcas, freguesias e povoados em uma embrionária conurbação litorânea *pré-região metropolitana*, esquadrinhou ao longo do segundo reinado o modelo de gestão relacional conhecido entre “centro” e “periferia” em Pernambuco (Penna, 2011, Moreira & Saraiva, 2018, Silva, 2018). A partir de tal premissa, definiram-se as prioridades em um projeto de estruturação urbana ligada à morte ao morrer pautado, tanto no aparelhamento do principal centro administrativo e econômico na região, quanto na instrumentalização de seus arrabaldes como alicerces de salubridade e contenção urbana, promovendo a construção e manutenção de estruturas operacionais básicas para o combate a proliferação de doenças e contágio previstas pelo saber médico, acompanhado de incrementações de elementos estéticos e da decisão política de estabelecer tetos orçamentários específicos para a execução de obras destinadas aos primeiros cemitérios públicos que orbitavam fora de seu maior epicentro urbano (Silva Júnior *et al*, 2025a; 2025b).

Figura 1: Comarca de Recife e suas imediações na década de 1860



Fonte: Almeida (1868)

A abrangência de interesse permeia, portanto, o município de Recife, seus bairros e células municipais litorâneas hoje fronteiriças, originalmente situadas enquanto arrabalde – como os casos dos bairros de Afogados, Várzea do Capibaribe, Barro, Tejipió, Poço de Panela e as cidades de Camaragibe, Jaboaão dos Guararapes, São Lourenço da Mata e Olinda – e suas cercanias – representadas por antigas divisões como Nossa Senhora de Maranguape, Igarassu, Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, conforme expresso na Figura 2).

Figura 2: Área de abrangência dos arrabaldes recifenses sob investigação

Fonte: QuantumGis, 2025

Recife exerceu papel significativo nos primeiros anos de atuação da repartição de obras públicas (ROP), recebendo atenção especial das políticas sanitárias entre as décadas de 1840 e 1860 (Mac Cord, 2013). O controle sanitário vendido pelo discurso de modernização propagado ao entorno da capital buscou também, além de sanar tensões originadas pela concentração de serviços públicos em seu perímetro, guarnecer a entrada portuária, cartão-postal entendido pelo poder imperial como portões oficial de entrada de estrangeiros com as políticas de incentivo à imigração e interiorização das ocupações na província (Farias, 2011, Sominini e Ferreira, 2021, De Melo Júnior, 2022).

MATERIAIS E MÉTODOS

Ao todo, foram analisados os contextos de cemitérios metropolitanos de Recife somados ao trabalho com regulamentos cemiteriais, relatórios e pareceres da câmara municipal, dados dos Anais Pernambucanos (CEPE), relatórios dos presidentes da província de Pernambuco (apresentados em abertura do Ano Legislativo – ALEPE) e no jornal *Diário de Pernambuco* (BN-Hemeroteca Digital e CEPE Hemeroteca Digital). Também realizou-se o resgate de projetos arquitetônicos realizados sob supervisão da Repartição de Obras públicas, que se encontram atualmente sob a guarda do Arquivo Público do Estado de Pernambuco (APEJE), como pontapé inicial na identificação de pulsos e características comuns a esses espaços de inumação. Nesse sentido, a Arqueologia da Paisagem se propõe enquanto metodologia de pesquisa que considera não apenas a materialidade encontrada nos sítios arqueológicos e bens patrimoniais, mas também na dimensão na análise da própria paisagem arqueológica e histórica. Ao propor a área espacial de estudo, temos nos vestígios materiais, bem como nos indícios imateriais, noções culturais de lugar/território humano. (Honorato, L. 2009)

A sistematização do estudo da paisagem exige uma natureza multi e interdisciplinar seja no tocante às ferramentas de análise e fontes, seja às interpretações. Sendo assim, teorias antropológicas, historiográficas, arquitetônicas e urbanísticas contribuem para pensar a materialidade, documentação histórica e oralidade permitindo a interpretação da paisagem como construção sociocultural e simbólica, detentora de emoções e sentimentos, relações de poder e contextos temporais diversos. (Freita, P; Ramos A, 2024).

As atividades subsequentes concentraram-se na realização de desenhos técnicos e levantamento cartográfico, situando o fenômeno de interesse em seu aspecto espacial e cronológico (Ferreira & Ferreira, 2013; Teixeira, 2019). Para tanto, foram utilizados recursos de vetorização da versão 2019 do programa Corel Draw®, georreferenciamento do 3.40 do software livre Quantum GIS, planos aerofogramétricos produzidos pela FIDEM entre as décadas de 1970 e 1990, e imagens históricas disponíveis na plataforma *Google Earth* (Costa & Gomes, 2010; Custódio, 2016; Clifford et al, 2023). Para Levantamento cartográfico histórico, foram utilizadas cartas analógicas e imagens históricas da biblioteca digital luso-brasileira, Biblioteca Nacional Digital (BN) e acervo Brasileira Fotográfica, que representassem as imediações de interesse.

A proposta da corrente pesquisa reside no evidenciamento e discussão da forma assumida pelos cemitérios dos arrabaldes recifenses em meio aos cenários epidêmicos do século XIX. Para tanto, tornam-se fundamentais as premissas conceituais acerca da paisagem e seu hibridismo (Sousa, 2005). No que se refere às dinâmicas de construção de significado que permeiam seus estabelecimentos no asseio, partiremos dos apontamentos de Latour (1994) e Amenomori (2005). Adicionalmente, as nuances concernentes às relações de poder seguirão franco diálogo com a perspectiva Foucaultiana acerca da dominação e biopoder.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Se a crise epidêmica de Febre Amarela iniciada em fins de 1849 abalou o projeto de Estado-Nação no Segundo Reinado, uma vez que a doença provocou maior índice de óbitos de brancos e especialmente estrangeiros, o plano de europeização com políticas para estimular a vinda de imigrantes como forma de embranquecer o país e minimizar a população de origem africana escravizada há três séculos; tal letalidade criou a imagem negativa e aterrorizante a respeito do Brasil, pois a morte era “certeira” a todo viajante/imigrante que colocasse seus pés nos trópicos. (Rodrigues, C. 1997)

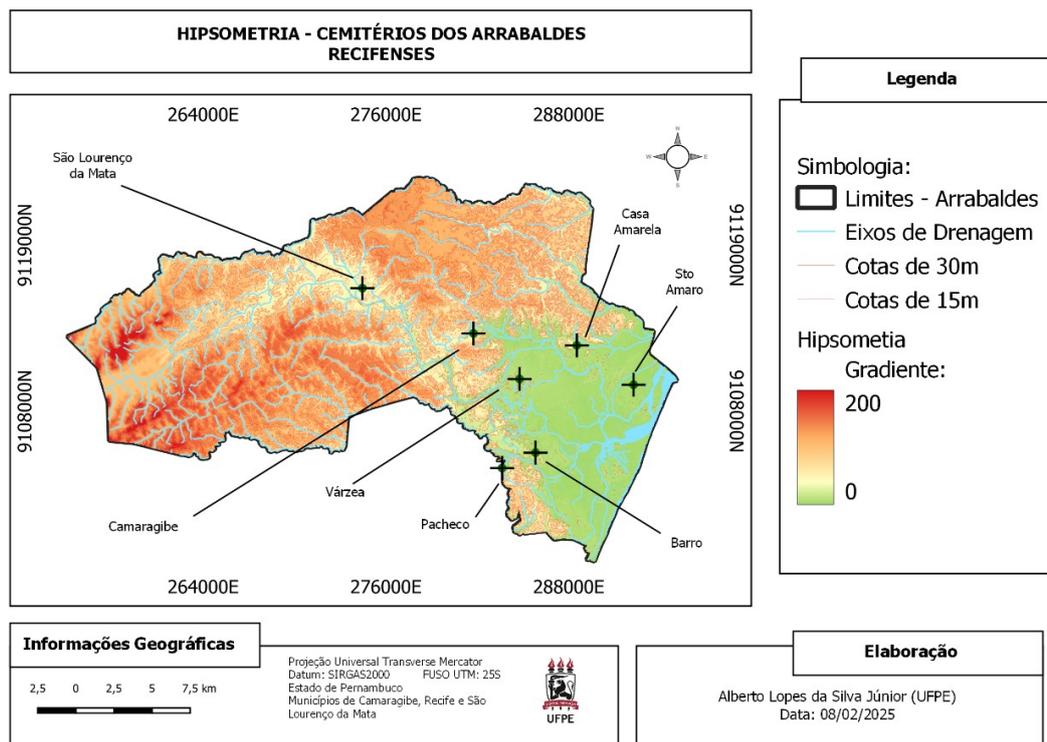
Foi desse modo que as reformas cemiteriais nas principais capitais brasileiras, portos de entrada internacional, saíram dos projetos em planta para a efetiva execução de obras. No caso do Recife, se não bastasse os índices de mortalidade considerados previstos pela Saúde Pública como partos, diarreias, febres intermitentes e bexigas (varíola), a década de 1850 foi ainda mais dramática com a eclosão e velocidade de vítimas fatais acometidas pela grande Cólera a partir do ano de 1856. Além da velocidade de contaminação da bactéria por meio da água, a peste chamada de *Vômito Preto* (quadro hemorrágico gastrointestinal com vômito e diarreia severa), não escolhia etnia ou classe social. A *Morte* ceifava em sua colheita de ricos e pobres, livres e escravizados, nacionais e estrangeiros; não poupando homens e mulheres seja qual fosse a idade. (Castro, V. 2007).

Até a década de 1870, os arrabaldes do Recife já se encontravam aparelhados por, ao menos, oito cemitérios – operacionalmente públicos ou paroquiais requisitados pelo poder público sob motivação de estado de calamidade – para além de sua necrópole mãe, situada na antiga campina de Santo Amaro das Salinas – conforme expresso na Figura 3. É também neste mesmo período em que

as necrópoles descentralizadas, implementadas sob condições espaciais diversas, passam a figurar como elemento da paisagem urbana prevista em planos de detalhamento topo-hidrográfico na capital e suas imediações, ilustrando não apenas a presença desses dispositivos como marcos na malha viária, como também na integração entre planejamento e saúde pública em diálogo com a geografia compartimentada do litoral pernambucano.

São exemplos desse processo cemitérios em aclives de tabuleiros costeiros, como o caso do Cemitério de Nossa Senhora da Conceição, conhecido com Cemitério de Guadalupe, situado em Olinda, e necrópoles em zonas alagadiças, como o cemitério da Várzea, datados respectivamente de 1856 e 1868, como representados pela Planta do Recife e seus arrabaldes de 1875, de autoria da Repartição de Obras Públicas (Figura 4).

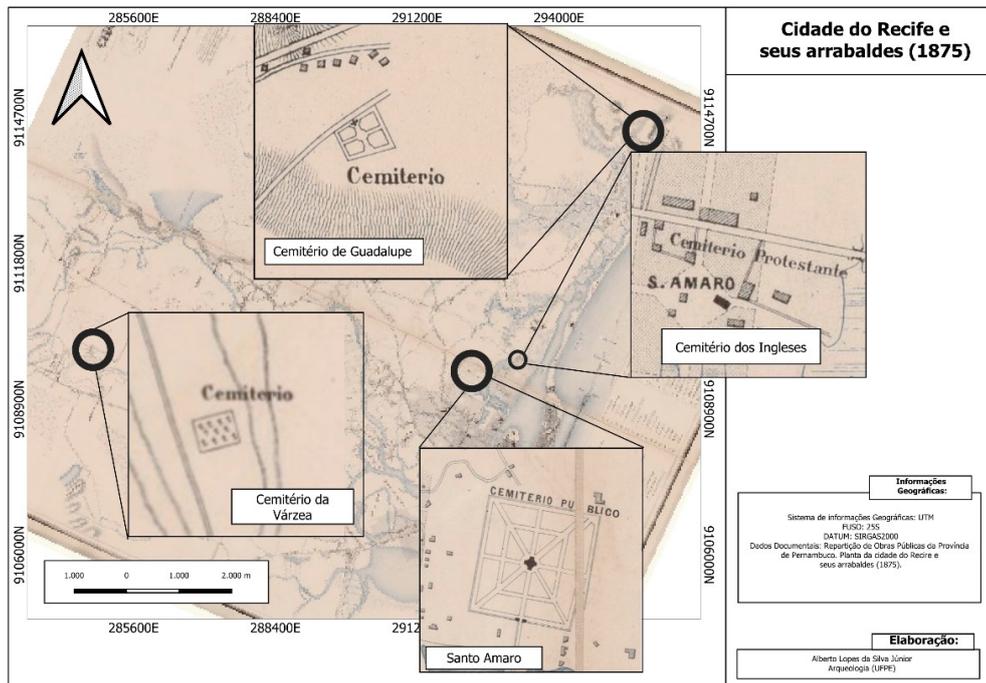
Figura 3: Dispersão de cemitérios nos arrabaldes recifenses em função de variações altimétricas⁵.



Fonte: Os autores (2025)

⁵ Encontram-se representados apenas cemitérios operacionalmente ativos, georreferenciados a partir de marcadores espaciais absolutos.

Figura 4: Cemitérios representados pela planta da Cidade do Recife e seus arrabaldes de 1875



Elaboração: Os Autores (2025)

No que se refere a especificidade de cada projeto executado, contamos com o suporte de resgate das plantas que sobreviveram ao tempo no acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). A natureza documental de projetos técnicos sobre cemitérios está condicionada aos ofícios que eram enviados pelo Engenheiro Chefe vigente da Repartição das Obras Públicas (ROP) com objetivo de serem apreciados pelo Poder Executivo. Além disso, a municipalidade em virtude da Lei de 1º de outubro de 1828 tinha a tarefa de realizar não somente a gestão, mas sobretudo, fiscalizar as normas sanitárias previstas nos regulamentos das necrópoles. Deste modo, os trâmites passavam por diversas pastas/competências distintas até chegar a execução/adaptação efetiva. Uma vez aprovado pelo Presidente da Província, cabia ao Poder Legislativo montar o plano orçamentário do ano financeiro e destinar os recursos públicos para cada setor responsável.

Em ocasiões de crises epidêmicas, verbas destinadas para a Saúde Pública eram compartilhadas com as Obras Públicas. Um bom exemplo é o Cemitério Paroquial da localidade do Barro. Esse cemitério foi fundado pela Igreja de Nossa Senhora da Conceição e serviu de necrópole pública durante o drama de

calamidade provocado pela Seca de 1875. Muitos retirantes em marcha pela antiga Estrada de Moreno que não sobreviveram ao destino dos socorros públicos foram sepultados no Cemitério Paroquial do Barro. Outra situação delicada era lidar com a Freguesia dos Afogados. Esta ficava muito próxima da capital, sendo rota para a Freguesia de São José. Na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Paz havia seu cemitério anexo e esse lugar continuou a ser usado mesmo com a inauguração do Cemitério Público do Recife no ano de 1851. (Castro, V. 2007) Cabe-nos ainda esclarecer que durante a segunda metade do século XIX a Repartição das Obras Públicas realizou projetos para outras localidades fora da capital do Recife e seus arrabaldes, como por exemplo os cemitérios públicos para as vilas de Paratibe - antiga povoação correlata à Freguesia de Conceição de Maranguape (atual município de Paulista), Freguesia de Igarassu, Goiana e Vila de Cabo de Santo Agostinho.

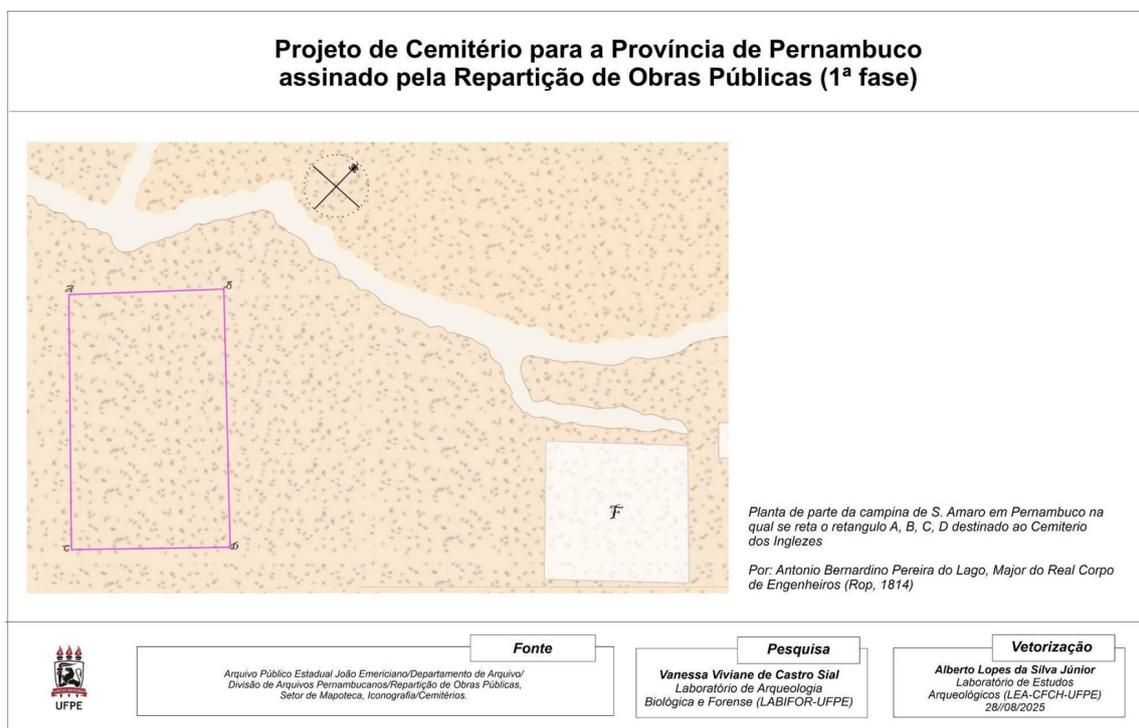
Ao nos debruçarmos sobre tais planos remanescentes, os esquemas de concepção para o arruamento mortuário pernambucano revelam-se segmentados em fases técnicas e circunstanciais. A primeira, representada pelas décadas de interseção entre Brasil Setecentista e Oitocentista, caracteriza-se não apenas pela representação gráfica objetivas de delimitação para intervenções ainda em ampla convergência com o poder eclesiástico, como também pelo cenário de ampla discussão sobre estudos para aquisição de terrenos contextualmente próprios para a implementação de lugares planejados para os mortos. Pode ser mencionado, a exemplo, a solicitação de avaliação de Junta Médica e corpo de engenheiros para a implementação de um cemitério em Santo Amaro no ano de 1830 atendendo à população da Boa Vista, oficializado através da 20ª Sessão Ordinária do Conselho do Governo em 8 de maio do mesmo ano, publicado em artigo livre no dia 6 de agosto no jornal *Diário de Pernambuco*⁶.

Os discursos para o fim dos sepultamentos nas igrejas e seu entorno já estavam em voga na segunda metade do século XVIII. Na virada do século XIX, o Príncipe Regente D. João, emitiu a *Ordem Régia* em 1801 recomendando a construção de cemitério reservado e em conformidade com a religião católica no Rio de Janeiro. Ainda se tratando em um cenário de turbulência no que se refere às

⁶ Diário de Pernambuco (1830). Volume 1, n. 447, p.1. Artigo de Offício. 6 de agosto de 1830. Recife. Acervo CEPE.

relações políticas-culturais entre Portugal e Brasil, os procedimentos instrumentalizados através de sessões extraordinárias e medidas legais apresentam franco diálogo com o Decreto Fonseca Magalhães, de 21 de setembro de 1835, prevendo a instrução para a construção de cemitérios públicos em Portugal resguardados por muros, convenientemente apartados de exposição à salubridade das cidades (à exceção de freguesias rurais) e marcados por inumações em profundidade mínima de 5 palmos e equidistância de um palmo e meio entre cada sepulcro⁷. A delimitação planejada de espaços distanciados do perímetro citadino, ou destinados a espaços estritamente ligados à morte na capital do Pernambuco província é representada embrionariamente em documentos anexos à súplica para a edificação de um cemitério anglicano destinado à comunidade inglesa na cidade do Recife, delimitada, a exemplo, na planta de perimetragem para o Cemitério dos Ingleses da campina de Santo Amaro das Salinas de 1814, conforme expresso na figura 5.

Figura 5: Vetor da planta da seção da campina de Santo Amaro das Salinas destinada ao Cemitério dos Ingleses em 1814.



Fonte: Arquivo Público Jordão Emerenciano - APEJE, Setor de Iconografia/Mapoteca. [Demarcação “F” não informada em planta]

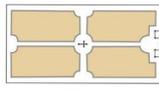
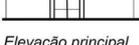
7 Diário de Pernambuco (1835). Volume 1, n.249, p.3. Exterior: Secretaria D’estado dos negócios do Reino. 18 de dezembro de 1835. Recife.

A permissão para essa construção formalizou a coexistência de católicos e anglicanos em seus respectivos espaços de enterramentos, por meio do Tratado de Abertura dos Portos às Nações Amigas em 28 de fevereiro de 1808 na cidade de Salvador. Além da capital soteropolitana, no Rio de Janeiro também foi construído cemitério para os ingleses. (Mello, A. 1972; Freyre, G. 1977) Os três principais portos do Brasil passaram a contar com cemitérios estratégicos nas áreas portuárias. A região das Salinas em Santo Amaro recebeu em períodos anteriores um quartel de infantaria do distrito das Salinas, freguesia da Vila da Sé de Olinda (1669)⁸ com cemitério anexo, bem como o leprosário, que também possuía sua necrópole. Além disso, não podemos esquecer que essa região era conhecida para executar o período de quarentena para que escravizados africanos ao sobreviverem ao tráfico seriam negociados na Rua do Bom Jesus (Rua dos Judeus). (Castro, V. 2007)

A segunda fase da difusão cemiterial documentada pelo acervo do Arquivo Público Jordão Emerenciano-PE, por sua vez, permeia o marco de inauguração do Cemitério Público de Santo Amaro, seguido das epidemias de Cólera e Febre Amarela na década de 1850, e dos desastros provenientes da Seca de 1875-1877. Os projetos marcam tanto a solidificação de um novo ritmo de organizações de necrópoles para as imediações de Recife, como também maior pormenorização técnica quanto aos processos de embelezamento estético que seguiram padrões de escolas de engenharia europeias (Silva Júnior *et al*, 2025b). Escala em sistema de metros (m) substituindo o sistema de braças, arruamentos para deslocamento de transeuntes, delimitação de dispersão entre colunas nas elevações principais, cortes de seção verticais de muros, previsões de portões para fachadas principais, além de descrições construtivas para elementos de centralidade – como cruzeiros e capelas – são alguns dos elementos presentes, conforme expresso pela Figura 6.

8 COSTA, F. A. **Anais Pernambucanos**, versão digital, CEPE, tecnologia DocPro, volume 2.

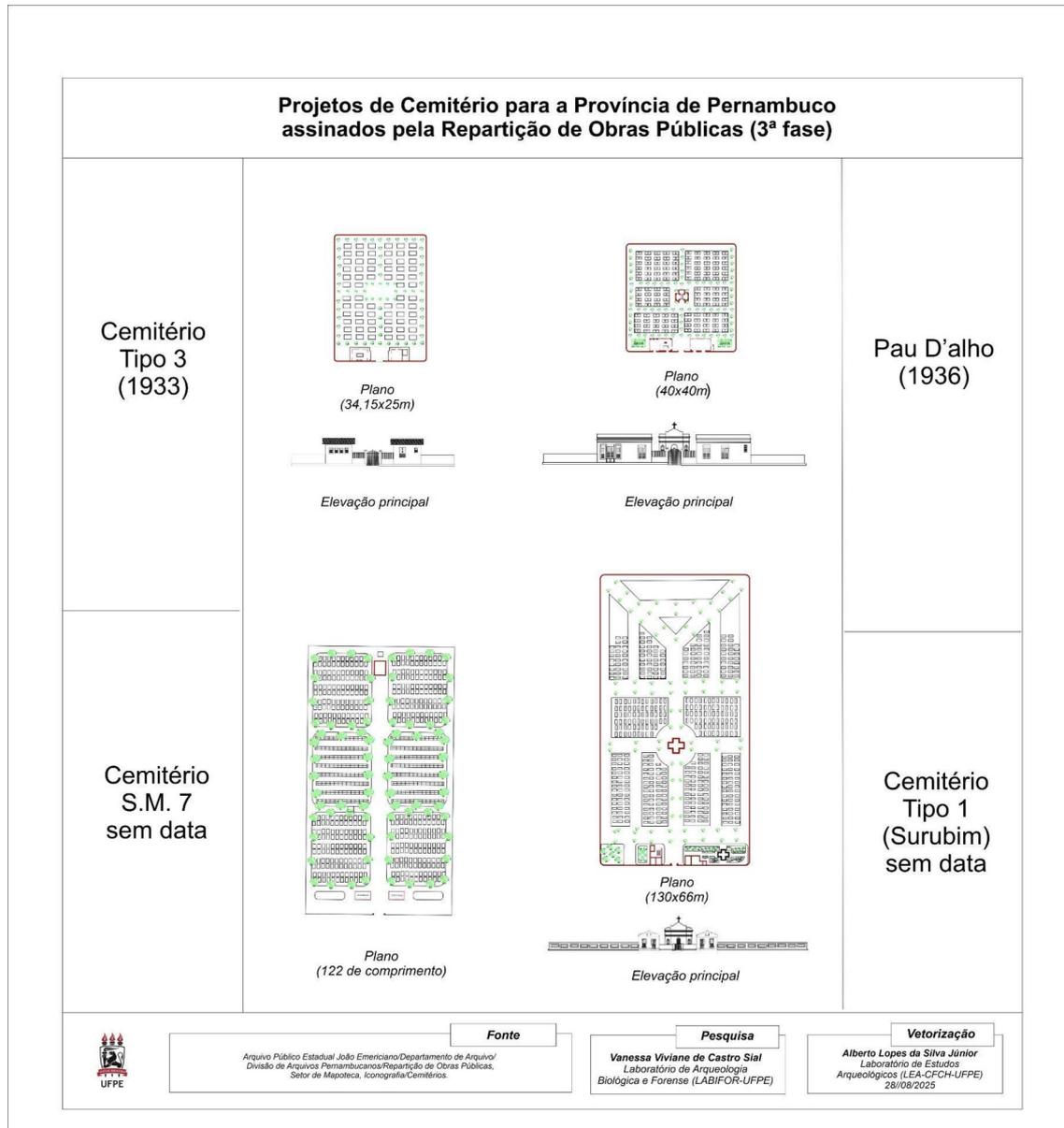
Figura 6: Jogos de geometria e elementos de centralidade permearam a 2ª fase dos projetos para cemitérios públicos elaborados por engenheiros da ROP ao longo da segunda metade do século XIX.

Projetos de Cemitério para a Província de Pernambuco assinados pela Repartição de Obras Públicas (2ª fase)				
Cemitério do Cabo (1860-67)	 Elevação principal	 Plano	Projetado por Joaquim Luiz Victor Lieutier	
Alagoa de baixo (1879)	 Elevação principal	 Capela	 Plano	Projetado por Gustave Mermoud
Vila de Igarassu (1882)	 Elevação principal	 Plano	Projetado por Joaquim Gomes de Oliveira Silva e João Francisco	
Paratibe (1882)	 Elevação principal	 Cruzeiro	 Plano	Projetado por Joaquim Jose de Mello Cahú
	Fonte Arquivo Público Estadual João Emerenciano/Departamento de Arquivo/ Divisão de Arquivos Pernambucanos/Repartição de Obras Públicas, Setor de Mapoteca, Iconografia/Cemitérios.	Pesquisa Vanessa Viviane de Castro Sial Laboratório de Arqueologia Biológica e Forense (LABIFOR-UFPE)	Vetorização Alberto Lopes da Silva Júnior Laboratório de Estudos Arqueológicos (LEA-CFCH-UFPE) 28/08/2025	

Fonte: Arquivo Público Jordão Emerenciano - APEJE, Setor de Iconografia/Mapoteca.

Além dos planos concernentes à estruturação de divisões pertencentes ao litoral de Pernambuco, as atividades de resgate ainda tornaram possível a identificação de projetos-padrão elaborados ao longo da primeira metade do século XX para municípios inseridos na Zona da Mata e Agreste, demonstrando tanto o movimento de interiorização do modelo cemiterial consolidado ao longo da segunda metade do século XIX, quanto esforços de otimização técnica assinaladas por propostas uniformes, direcionadas às divisões conforme suas demandas situacionais, a exemplo dos Cemitérios de Surubim e Paudalho, observados na Figura 7.

Figura 7: Modelos tipológicos pré-concebidos atenderam necessidades de municípios a partir de suas demandas na primeira metade do século XX



Fonte: Arquivo Público Jordão Emerenciano - APEJE, Setor de Iconografia/Mapoteca.

Os cemitérios oitocentistas edificadas na segunda fase da atuação da Repartição de Obras Públicas e sua atuação nos espaços denominados enquanto *Arrabalde Recife* evidenciam muito mais as tensões de lutas por espaços citadinos entre as classes populares e a capital, por meio do projeto higienista estratégico voltado não somente para fins de controle epidemiológico, mas

sobretudo para a manutenção dessa relação polarizada entre o centro da capital e as regiões permeáveis que historicamente se relacionavam com as freguesias centrais. Mais que cemitérios eficientes para atender os protocolos profiláticos destinados a separar os vivos dos mortos em nome da saúde coletiva, também estava contido decisões para distanciar os vivos pobres e livres dos vivos da elite. (Arrais, R. 2004)

A relação de território/poder, tanto dentro quanto fora de um cemitério, trata-se de um conceito que se refere à delimitação e controle de um espaço geográfico por um grupo ou indivíduo. O poder, por sua vez, é entendido como a capacidade de influenciar ou controlar ações, decisões e recursos. Dentro do cemitério, o poder é exercido de várias formas: os locais de sepultamento são muitas vezes determinados por práticas culturais e religiosas que refletem o poder de grupos sociais. Diferentes culturas têm modos de lidar com a morte e esses rituais podem consolidar ou desafiar hierarquias sociais. A escolha do local de sepultamento pode ser uma maneira de afirmar o status social. (Melo, F. C. 2024)

No panorama de mortos durante a epidemia de cólera era comum ler-se nos jornais que faltavam braços para o ofício de coveiro. O corpo em processo de desidratação severa, vinha ao óbito em média de 3 a 5 dias. O pico estatístico colocou como medida urgente criar não somente o bloqueio sanitário da capital pernambucana, mas sobretudo em criar a estratégia de descentralização dos lugares para os enterramentos. Realizar o traslado para dar sepultura no Campo Santo da capital era dramático, seja pelo volume de vítimas, como nas formas de traslado dos corpos, muitas vezes amontoados em carroças ou cadáveres presos com corda amarrados pelo pescoço, puxados a cavalo dos arrabaldes até o Cemitério Público do Recife. Essas notícias que circulavam pela imprensa, criando além do horror, havia o sentimento coletivo de pavor e repugnância ao tratar os mortos sem os devidos cuidados com os ritos fúnebres. (Castro, V. 2007)

Podemos apreciar de forma breve que o Cemitério do Jaboatão Velho (datação de 1857-58 na epidemia de Cólera), que hoje faz parte dos limites territoriais de Jaboatão dos Guararapes e o Cemitério Público (paroquial) de Boa Viagem, construído nas proximidades da Igrejinha do povoado, na orla marítima datado de 1870 (ver Figura 8) foram necrópoles que mesmo distante da capital histórica do Recife, corroboram para o sentido de fronteiras/barreiras higienistas. (Pio, Fernando. 1961) Outro exemplo fomentado por surto epidêmico é o Cemitério Público de Olinda, identificado e georreferenciado juntamente a outras necrópoles

do período, conforme a Figura 9. A antiga capital pernambucana estava sob a competência da Câmara Municipal do Recife, mas a data de inauguração evidencia a noção de resguardar as quatro freguesias no eixo portuário (entrada e saída de produtos e indivíduos pelo Porto (ver Quadros 1 e 2).

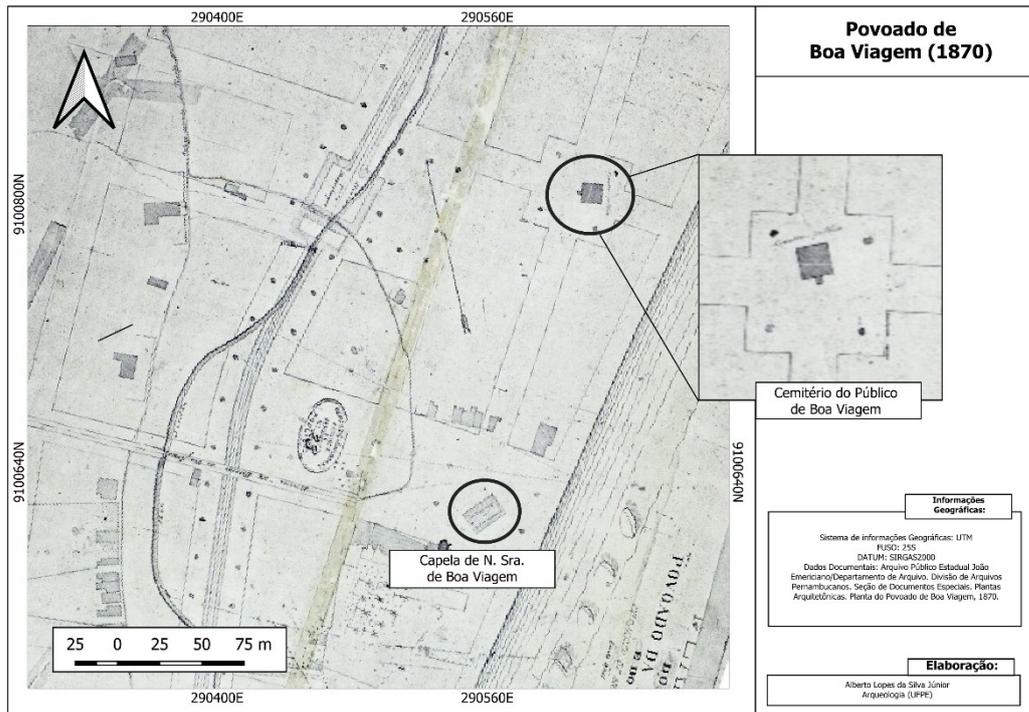
QUADRO 1 – DE CEMITÉRIOS DE ARRABALDES, VILAS E POVOAÇÕES CUJOS PROJETOS DESCENTRALIZOU OS ENTERRAMENTOS PARA FORA DA CAPITAL DO RECIFE

Localidade/cemitério	Datação	Autoria	Órgão
Povoação de Tejipió [próxima do Recife]	1852	Não encontrada [N/E]	Paroquial/irmandade
Povoação de Jaboatão Velho [Arrabalde do Recife]	1856	N/E	Repartição das Obras Públicas [ROP]
Vila de Olinda [próxima do Recife]	1856	N/E	ROP
Freguesia do Poço da Panela [Arrabalde do Recife]	1863	N/E	ROP
Freguesia da Várzea [Arrabalde do Recife]	1868	N/E	ROP
Povoação de Barro [próxima do Recife]	1866	N/E	Paroquial/irmandade/ Governo Provincial
Povoação de São Lourenço da Mata [próxima do Recife]	c.1880	N/E	ROP
Povoação do Boa Viagem [próxima do Recife]	1870	João Luiz Victor Leutier	Paroquial/irmandade/ROP
Freguesia dos Afogados [Caçote São Miguel Arcanjo] Muito próxima da capital Recife	1882	Pedro de Ataíde Lobo Moscoso [?]	ROP

QUADRO 2 – PLANTAS DE CEMITÉRIOS - APEJE [REPARTIÇÃO DAS OBRAS PÚBLICAS, PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO]

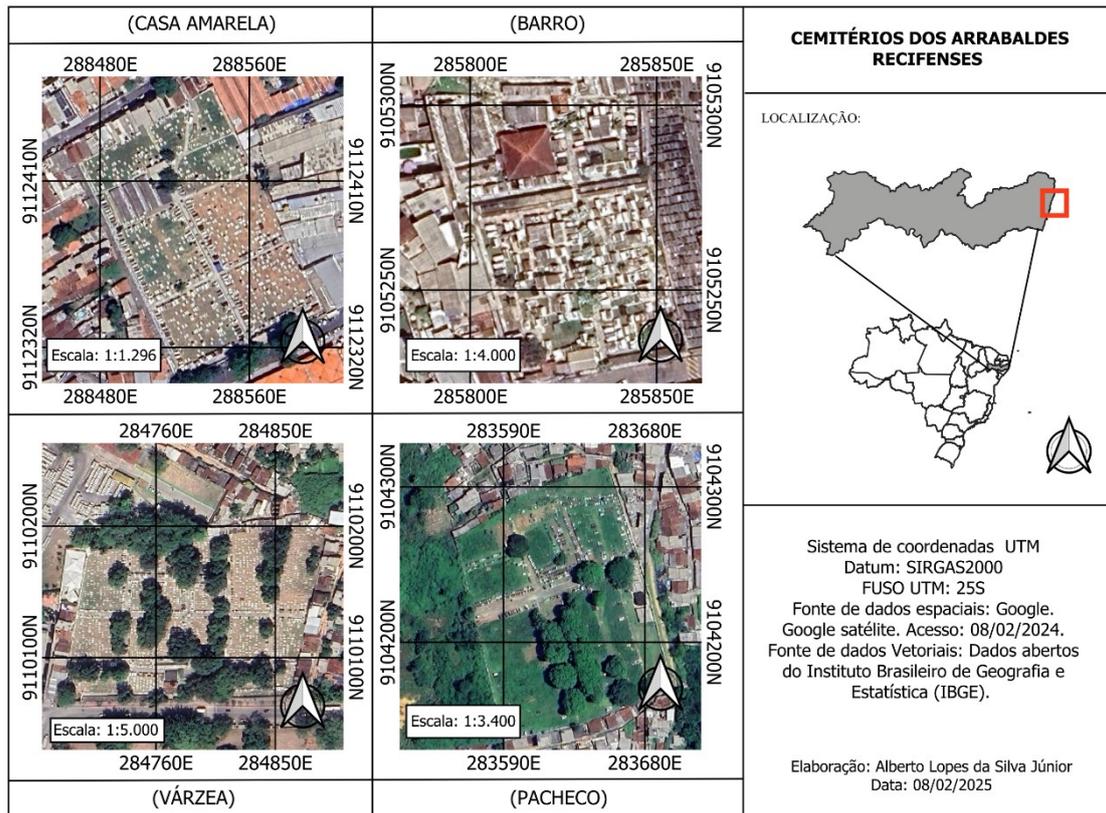
Localidade/ceitério	Datação	Autoria	Órgão Técnico
Campina de Santo Amaro das Salinas [Cemitério dos Ingleses]	1814	Não informada [N/I] Inauguração: 1814	Repartição das Obras Públicas [ROP]
Vila do Cabo de Santo Agostinho [Mata Sul]	1860-1967	Joao Luiz Victor Lieutier, Joaquim Vital Maria Graça	ROP
Recife [Cemitério Público] Cemitério dos Acatolicos [Anexo externo nos fundos]	1869-70	1869 - Pedro Barbalho Uchôa Cavalcanti 1870 - Victor Leutier Inauguração: 1871	ROP
Povoado de Boa Viagem [Litoral Sul]	1870	J. Félix Leitier	ROP
Paratibe [paulista] [Mata Norte]	1882	José Joaquim de Melo Cahú, J.J. de Mello	ROP
Vila de Igarassu [Mata Norte]	1882	Joaquim Gomes de Oliveira Silva, João Francisco	ROP

Figura 8: Cemitério público projetado por Victor Lieutier representado pela Planta do Povoado da Boa Viagem em 1870.



Fonte: Arquivo Público Jordão Emerenciano - APEJE, Setor de Iconografia/Mapoteca.

Figura 9: Cemitérios como Barro, Casa Amarela, Pacheco, Várzea e Tejió (Pacheco) fizeram parte do processo de descentralização dos espaços públicos destinados à morte nas imediações de Recife.



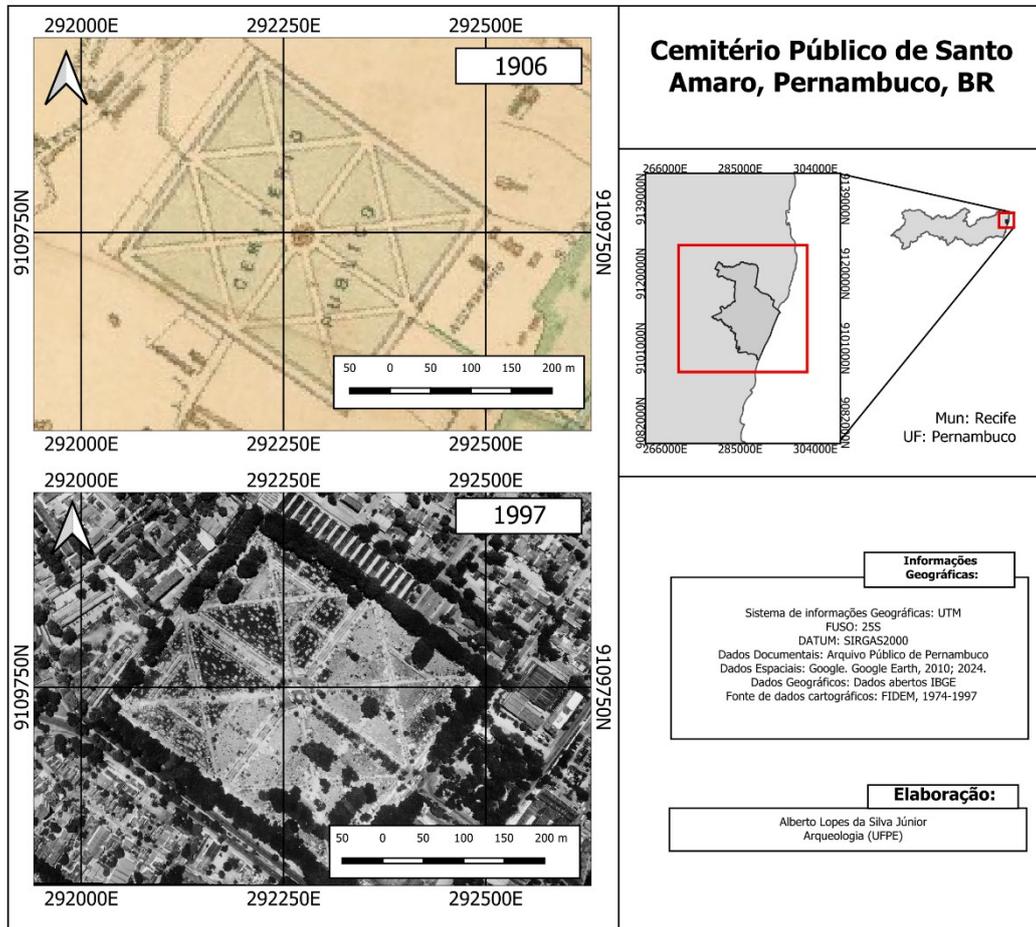
Fonte: QuantumGis (2025)

Infelizmente nenhum projeto de cemitério existe no acervo do APEJE no período da direção do engenheiro pernambucano José Alves Mamede Ferreira tendo início no ano de 1845 até seu falecimento no ano de 1865. Há no acervo do APEJE, contudo, projetos belíssimos desenhados por Mamede, com destaque não somente na qualidade técnica aprendida em sua formação francesa de Paris, mas também na beleza estética de equipamentos públicos para a cidade. São de sua autoria: Ginásio Pernambucano, Hospital D. Pedro II, Casa de Detenção, reformas no Teatro de Santa Isabel, conjunto do casario para a imponente Rua da Aurora, projeto de melhoramento do Porto do Recife.

É de sua igual autoria as adaptações realizadas no projeto elaborado por Louis Léger Vauthier para o Cemitério de Santo Amaro ainda na década de 1840. Embora documentos remotos quanto ao planejamento do perímetro primitivo do cemitério permaneçam desconhecidos, a necrópole encontra-se ricamente representada em diferentes produções cartográficas realizadas a partir do estudo de ampliação do porto em 1848, assinalando não apenas a persistência de sua

conformação na paisagem recifense, como sua relevância enquanto marco no discurso visual sobre o distrito de Santo Amaro, como representado pela Figura 10.

Figura 10: Cemitério de Santo Amaro das Salinas ao longo da expansão urbana no atual bairro de Santo Amaro.



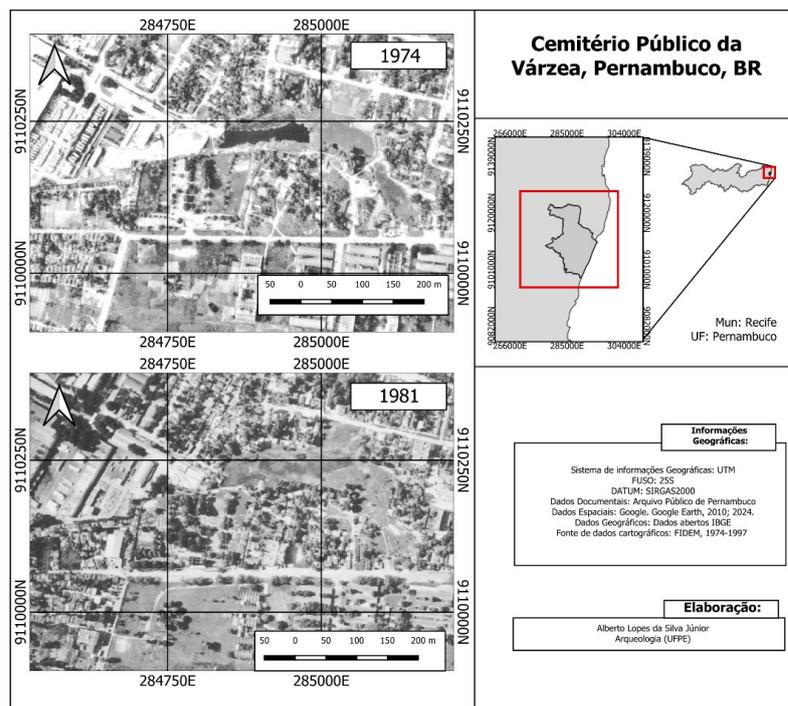
Fonte: Fidem (1974/1997)

Os cemitérios públicos para as freguesias do Poço da Panela e da Várzea foram inaugurados na década de 1860, acompanhando Santo Amaro como alguns dos dispositivos de inumação mais antigos a operarem na região metropolitana do estado, conforme expresso pelas Figuras 11 e 12. Contudo, esses projetos, assim como do Cemitério Público da capital, objeto de execução de obras pela chefia do engenheiro pernambucano José Alves Mamede Ferreira, falecido em 1865, não constam na documentação da Repartição das Obras Públicas. Mamede Ferreira realizou os trabalhos técnicos para a construção do Cemitério Público do Recife e testemunhou as crises epidêmicas de Febre Amarela e Cólera na década de 1850. Nas atribuições de seu cargo na ROP, é possível que os projetos para os cemitérios

das freguesias da Várzea e do Poço da Panela tenham sido de sua autoria, mas as obras nos arrabaldes datam de 1867-1868.

Nas décadas finais do século XIX o discurso médico teve que lidar com a alta concentração de número de jazigos e covas nos cemitérios. A pressão por terra destinada aos mortos foi pouco a pouco apagando traçados e distâncias métricas com simetria entre as sepulturas. Outro dado importante foi o questionamento a respeito dos muros que cercavam os cemitérios construídos até então. A proposta de substituição dos muros por cercas tornaria as necrópoles com maior circulação de ar, tornando-os mais salubres. O cemitério de Tejiptió, localidade oeste nos arrabaldes do Recife, foi projetado com mureta base e pilares para a introdução de cerca metálica. Para o Cemitério Público do Recife, tal discussão foi debatida na Assembleia Legislativa Provincial, mas rapidamente descartada pelo altíssimo custo orçamentário que tal mudança provocaria. Isto porque anexo ao perímetro interno dos muros estavam edificadas as catacumbas das irmandades e confrarias religiosas. O medo de confrontar os interesses das agremiações leigas era maior que soluções da engenharia e a Saúde Pública (Castro, V. 2007).

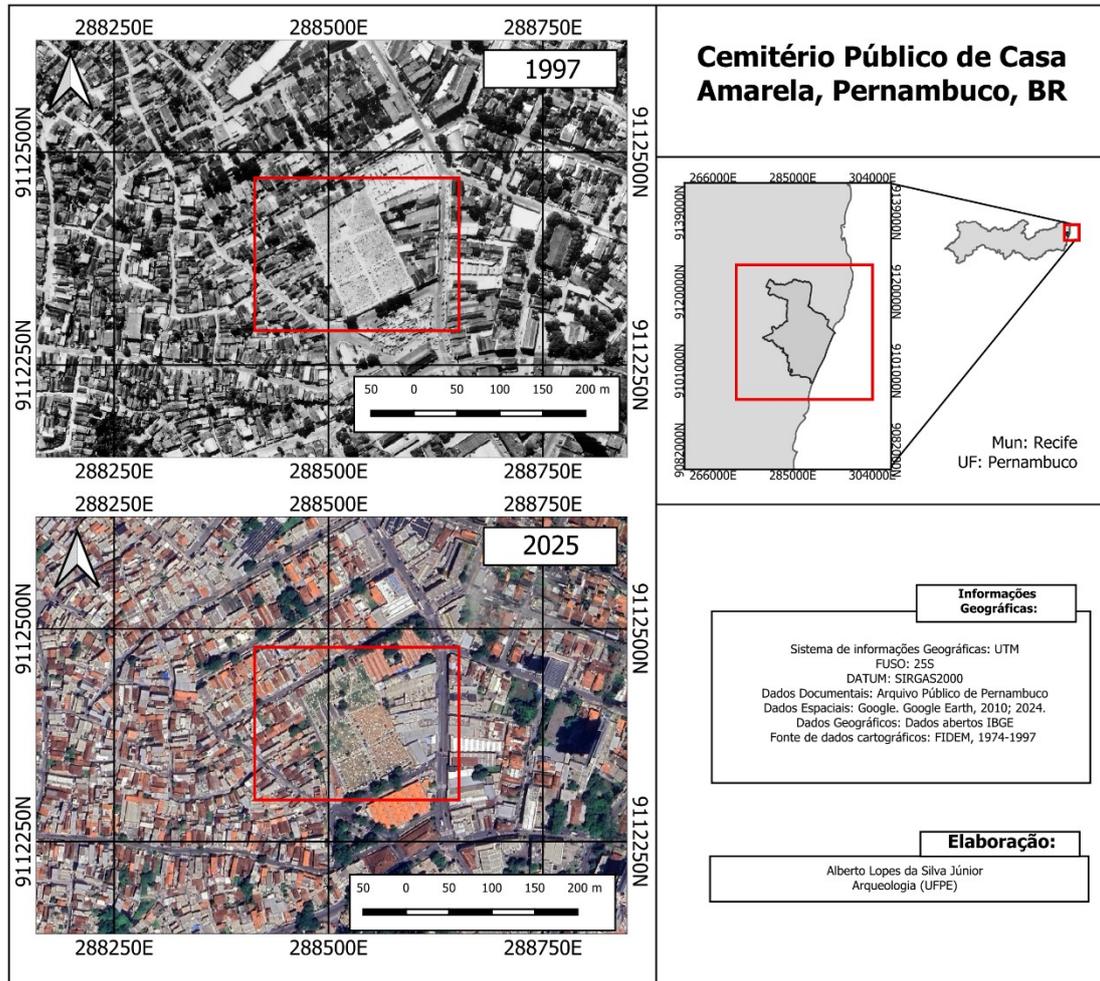
Figura 11: Avanço do perímetro funcional no cemitério da Várzea entre as décadas de 1970 e 1980.



Fonte:
Fidem

(1974/1997)

Figura 12: Plano situacional do Cemitério de Casa Amarela entre as décadas de 1990 e 2020.

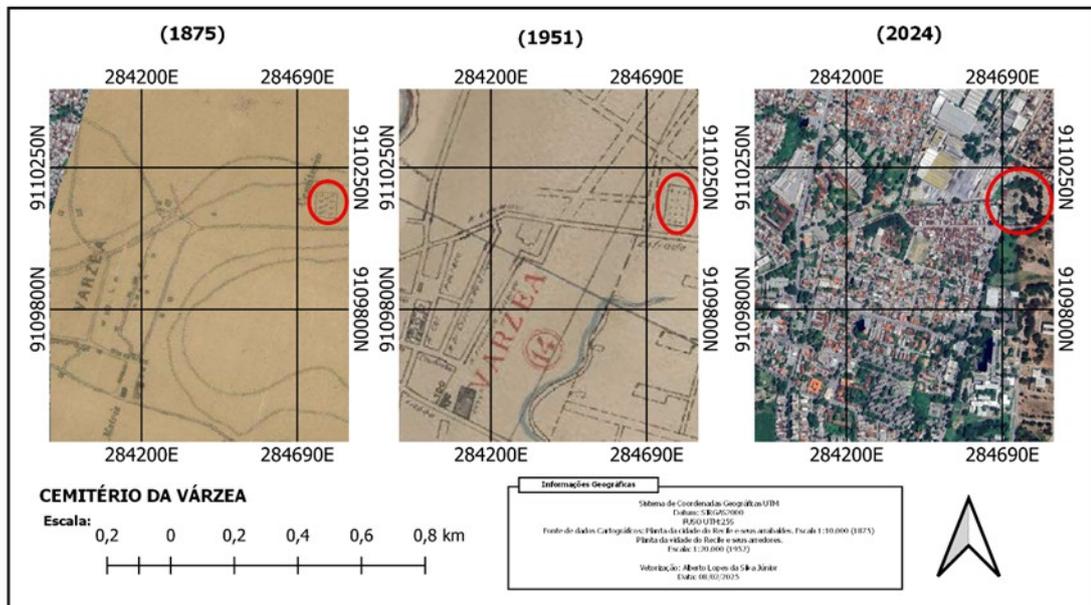


Fonte: Fidem (1974/1997)

O fenômeno de aproximação entre o mundo dos mortos e dos vivos demonstra não ter sido restrito ao cemitério da capital. No Cemitério Público da Freguesia da Várzea, inaugurado no ano de 1868, foi possível identificar o mesmo processo através da produção cartográfica que o envolveu ao longo de seus quase 160 anos. Em sua ampliação na década de 1950, o muro primitivo foi adaptado para a construção de ossários, corroborando para o redimensionamento de seu perímetro, conforme assinalado pela figura 13. Além de reduzir custos para a

construção de capela, demarcava de forma inequívoca que aquele espaço era campo santo católico.

Figura 13: Cemitério Público da Várzea do Capibaribe e sua aproximação com o perímetro urbano nos últimos 150 anos.



Fonte: Quantum Gis (2025)

O Cemitério da Freguesia do Poço da Panela possui traçado semelhante. Na compra do sítio para o projeto existia a Casa Amarela, que transformou não somente a denominação para essa localidade, mas também apresenta evidências de que esse cemitério foi destinado para as classes populares. As grandes famílias da aristocracia pernambucana, moradoras no arruado da Estrada Real do Poço, realizavam seus funerais no Cemitério Público na capital.

Outro cemitério emblemático nesse processo de descentralização (polarização) na relação capital da província versus demais localidades ocorreu no acalorado debate parlamentar na ALEPE na década de 1880 a respeito da gestão/lugar dos mortos na Freguesia dos Afogados. Essa região fica muito perto das quatro freguesias centrais da capital do Recife; ou seja, não fazia parte da capital e nem tampouco era distante o suficiente para ser compreendida como arrabalde. Se não bastasse, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Paz continuava a

dar enterramentos em seu território paroquial, tornando-se na opinião médica um perigo para a Saúde Pública. Além disso, a freguesia contava com outras localidades anexas, que no século XX tornaram-se bairros independentes. São elas: Jiquiá, Areias e Caçote. Tal margem de flexibilidade não foi implementada para a Freguesia dos Afogados. A freguesia era rota estratégica não só dos trabalhadores livres ou escravizados que serviam na capital, mas também de recursos alimentares. Os rebanhos cujo destino era o Matadouro Público na Freguesia de São José tinham que percorrer a rota do aterro de Afogados (Rocha, A. 2003)

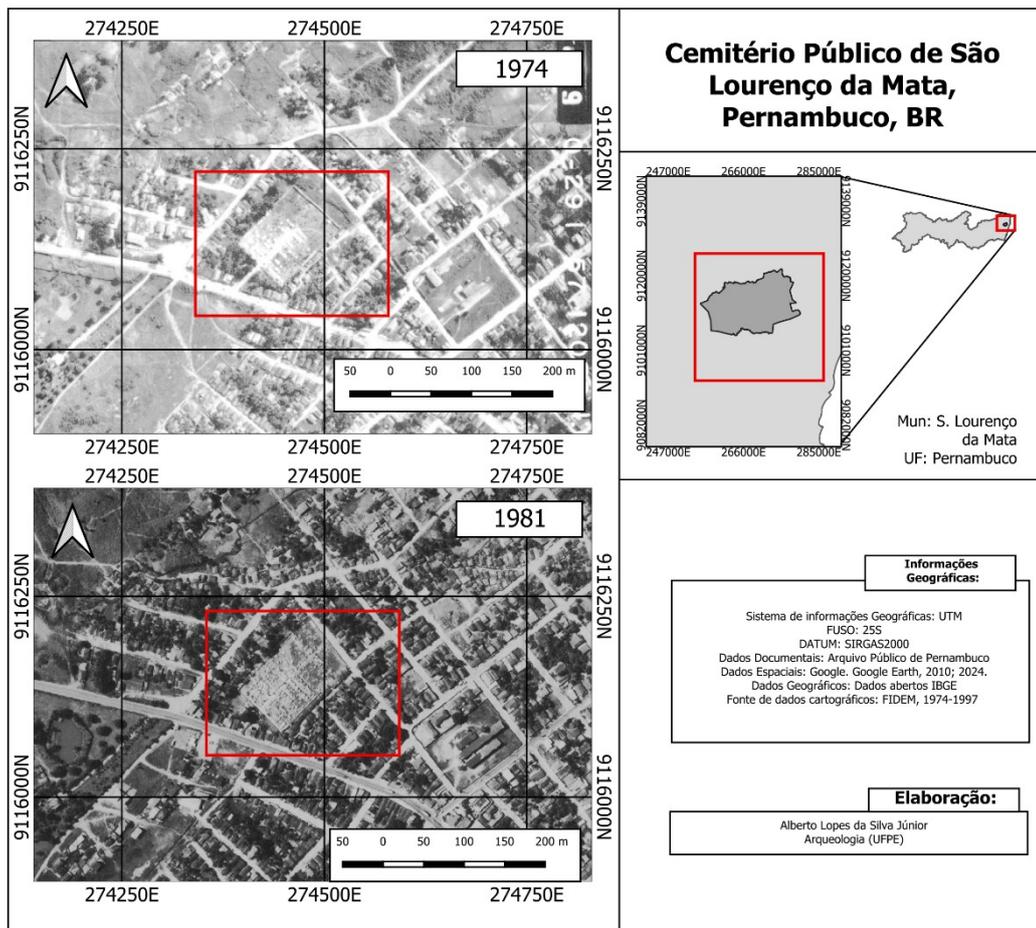
A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Paz, assim como a sua irmandade, se organizou e ofereceu um terreno para servir de cemitério nas proximidades do largo da Matriz dos Afogados. Essa proposta foi indeferida pela Câmara Municipal do Recife. Um acalorado debate ocorreu na Assembleia Legislativa Provincial para decidir qual sítio seria construído o novo cemitério: Jiquiá e Caçote. O lugar vencedor foi o Caçote, cujo orçamento ultrapassou a quantia de 1 Conto de réis. O Cemitério de São Miguel Arcanjo foi inaugurado no dia 29 de setembro de 1882, com benção solene e a presença de políticos. Mesmo com a proibição expressa de realizar sepultamentos fora da região que cobria a Freguesia dos Afogados, os católicos da região continuaram a realizar funerais no Cemitério de Santo Amaro. (Castro, V. 2006) O Cemitério do Caçote funcionou por 2 anos e nunca recebeu nenhum defunto. Dizia-se que a areia era tão “frouxa” (arenosa) que era impraticável cavar uma cova. (Araújo, V. F. W, 1911)

O exercício comparativo entre imagens históricas e contemporâneas, conforme aqui proposto, revela-se um exercício repleto de desafios (Soares, 2024). O exercício de sobreposição de imagens através de um sistema de informações geográficas, nesse sentido, também contou com cerca de 64 imagens provenientes dos levantamentos aerofotogramétricos produzidos pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM). Contado com Sistema de projeção UTM, as folhas foram reprojatadas a partir do número mínimo de 12 pontos de controle cada, resultando em registros precisos quanto ao desenvolvimento expansivo de cemitérios circunvizinhos à capital.

São exemplos de necrópoles contempladas as situadas em São Lourenço da Mata, conforme expresso na Figura 14, e os Cemitérios de Guadalupe (Olinda), Campo Santo São José (Paulista), Santo Antônio de Cruz de Rebouças (Igarassu) e

Municipal de Igarassu (Cemitério da Vila Sede da antiga Freguesia dos Santos Cosme e Damião), expressos na figura 15.

Figura 14: Cemitério de São Lourenço da Mata também fez parte do processo de descentralização dos espaços públicos destinados a morte e proteger as quatro freguesias da capital do Recife.

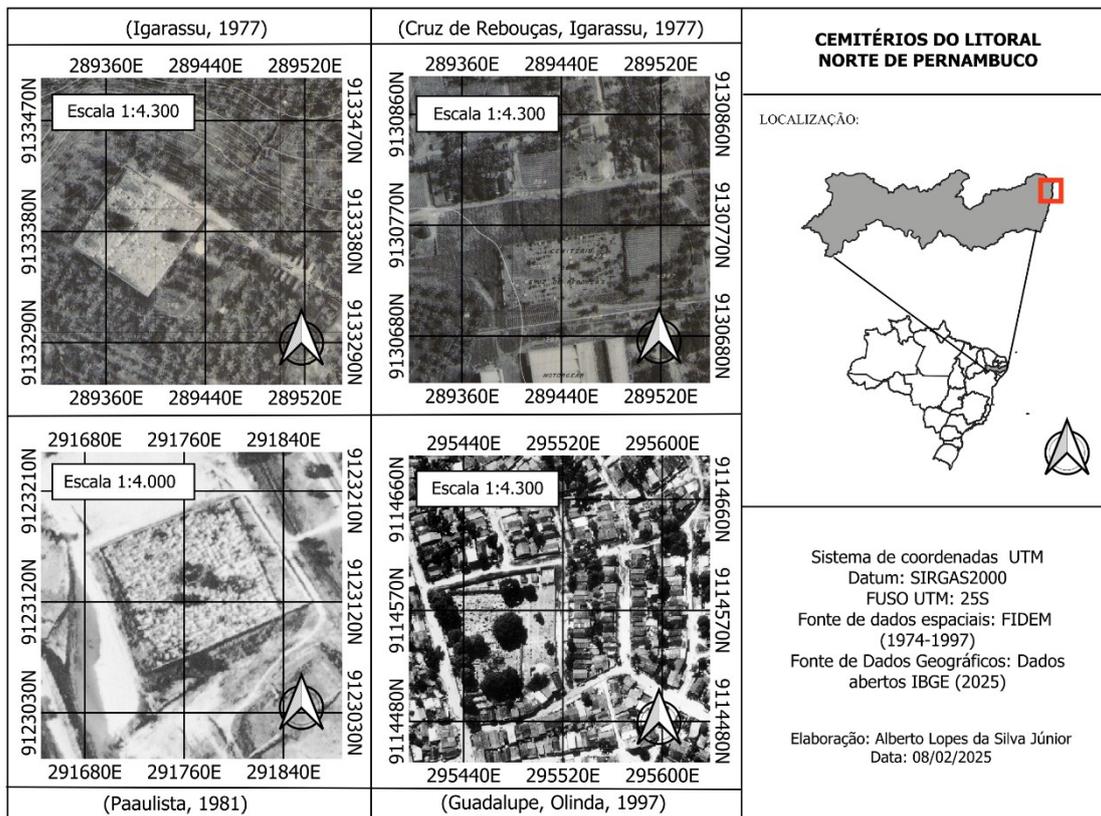


Fonte: Quantum Gis (2025)

Enquanto aparelhos públicos longevos, os cemitérios dos arrabaldes Recifenses revelam-se inequívocos marcos da paisagem urbana metropolitana, sintetizados ora pelo forte apelo testemunhal sobre a história urbana local, e ora pelas demandas que surgem da vida contemporânea. Uma vez contrastados planos de obras com imagens aéreas e cartas de detalhamento topo-hidrográficos do litoral Pernambucano, atesta-se não apenas a continuidade de seus lócus operacionais, como também os múltiplos processos sobre os quais os mesmos foram submetidos, desde seus processos de idealização, às suas realizações físicas.

Atrelada a uma linha do tempo de operações extraoficiais, planejamentos e obras que conferiram a tais dispositivos “matéria e forma”, observa-se a consolidação de um grande cerco de proteção à comarca capital. Ante tal, observação, ressalta-se a estratégia aparente de oferecer subsídios e infraestrutura a núcleos próximos munidos de densidade demográfica, ao mesmo passo em que o principal núcleo, representado por uma metrópole de caráter comercial e náutico, era resguardada para oferecer seus serviços para a população imediata e proveniente da atividade portuária.

Figura 15: Necrópoles de Igarassu, Cruz de Rebouças (antigo Povoado da Cruz), Paulista e Olinda ao longo do século XX



Fonte: Quantum Gis (2025)

A localização de um cemitério e sua acessibilidade também podem refletir relações de poder em um contexto urbano. Os cemitérios são lugares de memória e, portanto, o poder se relaciona com a forma como as histórias de vida e morte são recordadas. A decisão sobre com no espaço extra-cemiterial, a relação de poder

permanece significativa: muitos cemitérios estão localizados em áreas que podem contribuir para a marginalização de certos grupos sociais. Cemitérios em áreas periféricas podem ser negligenciados, refletindo uma forma de desvalorização. (Melo, F. 2024) Por outro lado, o mesmo lugar da morte cemiterial pode afirmar noções de pertencimento. As relações entre centro e arrabaldes/cercanias transcendem o tempo e são importantes chaves de acesso para analisar o tempo presente a partir dos marcos territoriais representados pelos cemitérios.

CONSIDERAÇÕES

O objetivo dessa pesquisa foi analisar na perspectiva macro-escalar os processos de construção de cemitérios oitocentistas partindo da região central na capital da província de Pernambuco; não somente como modelo normativo para a Saúde Pública, mas sobretudo como equipamento construtivo símbolo da modernidade urbanística, inspirada em valores estéticos e científicos europeus. Durante o processo de investigação com fontes cartográficas e demais recursos nas análises dos espaços cemiteriais, tornou-se visível e novas percepções pormenorizadas a respeito do conceito do arrabaldes/circunvizinhanças. A historiografia brasileira sobre os cemitérios públicos no século XIX têm demonstrado que apesar do requisito higienista/civilizatório, os lugares também se destacam por suas singularidades.

Nos momentos críticos com aumento expressivo da taxa de mortalidade, as políticas públicas em Pernambuco eram pautadas em jogos de negociações de modo a fazer com que cada cemitério fosse implantado sempre em observância da conciliação dos interesses divergentes. A constatação de que o território é tema sociocultural expressivo, nem toda proposta de cemitério foi aceita ou executada no tempo da demanda sanitária. Podemos aqui destacar os cemitérios paroquiais. Além destas necrópoles terem sido empreendidas pela Igreja Católica ou em articulação com irmandades/confrarias leigas, tais cemitérios mesmo contando com recursos próprios houve diretrizes que dependendo da região, o rigor do discurso médico científico na prática mostrou-se relativo. Os cemitérios paroquiais do Barro e Boa Viagem não foram construídos nas imediações de suas respectivas igrejas. Vale ressaltar que se a localidade estivesse distante o suficiente das quatro freguesias que formavam a capital do Recife - São Frei Pedro Gonçalves (Bairro do Recife), Santo Antônio, São José e Boa Vista, houve maior fluidez não somente na estética

arquitetônica, mas sobretudo em salvaguardar o perímetro urbano portuário a ser protegido.

Deste modo, o conceito de cemitério paroquial foi tolerado em localidades afastadas, o mesmo não ocorreu com o cemitério paroquial da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Paz da Freguesia de Afogados. Na ausência de negociação por vontade política, implantou-se o cemitério público no Caçote. Esse cemitério público, de 29 de setembro de 1882 foi concebido para os mortos vindos da Freguesia dos Afogados (faziam desta freguesia os atuais bairros de Areias, Jiquiá e Caçote). Os vivos dos Afogados recusaram enterrar seus mortos neste novo equipamento público. Apesar de quadro de funcionários e verba orçamentária, não houve enterros, caindo no esquecimento.

Para regiões abastadas e com vigor econômico como as vilas da Mata Norte, em especial Paratibe, Igarassu e Goiana, a Repartição das Obras Públicas além do período “tardio” de execução das reformas cemiteriais, foi possível observar nos projetos técnicos com cuidados estéticos, funcionais e simbólicos. Durante a pesquisa foi possível perceber a relevância da fachada, adoção de gradil em ferro fundido, construção de cruzeiro, catacumbas, alamedas, tralhões, casas administrativas (com possibilidade de adaptação para capela e incrementos futuros). Nos cemitérios circunvizinhos do perímetro da capital do Recife, foi possível observar influências/reminiscências construtivas nas formas e na organização em quadras.

A metodologia de pesquisa aplicada neste artigo consideramos promissora para conhecermos os processos de reformas cemiteriais para além da Zona da Mata pernambucana. Há uma grande diversidade de cemitérios para as regiões do Agreste e Sertão da antiga Província de Pernambuco. Na medida que esses cemitérios são analisados, ganhamos mais robustez para a compreensão das noções de experiências históricas sobre os lugares dos mortos nos espaços dos vivos em seu próprio tempo; cujo processo de longa duração é objeto de estudo na contemporaneidade.

FONTES PRIMÁRIAS

ARAÚJO, Vicente Ferrer de Wanderley. **Cemitérios do Recife**. Notas legislativas. Extraída dos Anais do 1º. congresso Médico de Pernambuco. Lisboa: Tipografia José Bastos, 1911.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Atlas do Império do Brazil**: compreendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judiciárias. Dedicado a sua Magestade o Imperador Senhor D. edro II, destinado a Instrucção Publica no Império com especialidade a dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomatico, 1868.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de Medicina Popular e suas Sciencias**. 6ª edição. imprensa pariz: chernoviz, 1890.

Diário de Pernambuco (1830). Volume 1, n.447, p.1. Artigo de Officio. 6 de agosto de 1830. Recife. [Bn - Hemeroteca Digital]

Diário de Pernambuco (1835). Volume 1, n.249, p.3. Exterior: Secretaria D'estado dos negócios do Reino. 18 de dezembro de 1835. Recife. [CEPE - Hemeroteca Digital]

Relatórios da Presidência da Província de Pernambuco [Fala do Executivo à Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco 1830-1889] Arquivo Público Jordão Emerenciano - APEJE

ROSA, João Ferreyra da. **Tratado Único da Constituição Pestilencial de Pernambuco**, Lisboa-PT, 1694.

REFERÊNCIAS

AMENOMORI, S.N. **Paisagem das ilhas, as ilhas da paisagem**: a ocupação dos grupos pescadores-coletores pré-históricos no Litoral norte do Estado de São Paulo. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Arrais, Raimundo Pereira Alencar. **O pântano e o riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XIX. Brasil, Humanitas, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2004.

ANASTÁCIO, K., & BARBOSA MACHADO DE SOUZA, R. (2025). GRADIS METÁLICOS EM CEMITÉRIOS HISTÓRICOS: APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA SUA CONSERVAÇÃO. *REVISTA TARAIRIÚ*, 1(25). Recuperado de <https://revista.uepb.edu.br/REVELAP/article/view/4124>

Barreto, E. P., da Silva, C. F. A., Ferreira, B., & de Oliveira, P. F. P. (2016). Implicações geomorfológicas da exploração mineral na região metropolitana do Recife-RMR, Pernambuco, Nordeste do Brasil/Geomorphologic Implications Of Mineral Exploration In The Metropolitan Region Of Recife–Mrr, Pe, Brazil. *Caderno de Geografia*, 26(47), 862-876.

CARNEIRO, Maristela. Dos primeiros estudos franceses às redes: breve percurso histórico das pesquisas sobre a morte e os cemitérios—o caso das Associações de

Pesquisa. **Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH–Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.**

CASTRO, Vanessa de. **Das igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX.** Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, Prêmio Jordão Emerenciano, 2007.

Clifford, J., MacFadyen, J., & Macfarlane, D. (2023). Georreferenciamento com o QGIS 3.20. *The Programming Historian em Português.*

Costa, A., & Gomes, A. (2010). A aplicabilidade dos SIG na detecção de áreas com potencial arqueológico. Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia 6 a 9 de Outubro 2010, Porto: Faculdade de Letras (Universidade do Porto) ISBN 978-972-99436-5-2 (APG); 978-972-8932-92-3 (UP-FL).

Custódio, C. T. (2016). SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA, ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM E GEOGRAFIA ONTOLÓGICA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS NOS ESTUDOS DAS CIDADES GREGAS DA SICÍLIA. *Mare Nostrum*, 7(7).

DA COSTA HONORATO, Liana. ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM E GEOARQUEOLOGIA: EXPERIÊNCIAS EM PROJETOS DE PESQUISA **Tópos**. V. 3, N° 1, p. 127- 147, 2009

DA COSTA, Robson Xavier; DA SILVA, Alynne Cavalcante Bezerra. JAZIGO PERPÉTUO: O CEMITÉRIO DE SANTO AMARO NO RECIFE COMO MUSEU A CÉU ABERTO. **RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 13, p. 149-163, 2023.

da Silva Júnior, A. L., de Castro Sial, V. V., & da Silva, S. F. S. M. (2025a). MATÉRIA E FORMA PARA O LUGAR DOS MORTOS: O CASO DO CEMITÉRIO PÚBLICO DA FREGUESIA DOS SANTOS COSME E DAMIÃO, IGARASSU, PERNAMBUCO. **Revista Tarairiú**, 1(26).

da Silva Júnior, A. L., Pereira, A. O., & da Silva, S. F. S. M. (2025b). Da Necrópole de Papel às selvas das gambiarras: a paisagem dos cemitérios públicos Metropolitanos em Pernambuco. In: **Revista Rural & Urbano** (No prelo).

DE ASSIS ROEDEL, Luísa; SOARES, Fernanda Codevilla. Cidade dos vivos e cidade dos mortos: arqueologia urbana no cemitério do Senhor do Bonfim, Belo Horizonte. **Urbania. Revista latinoamericana de arqueología e historia de las ciudades**, v. 4, p. 23-44, 2015.

MELO JÚNIOR, J. C. P. RECIFE, UMA CIDADE INSALUBRE: DISCURSOS MÉDICOS E REFORMAS URBANAS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX (1831-1845). In: Ana Karine Martins Garcia; Elane Cristina Rodrigues Gomes; Sara da Silva Suliman; Jonas Clevison Pereira de Melo Júnior; Ejhon Lucas Dias Costa; Vanessa Barbosa Araujo de Sousa. (Org.). **História das práticas da saúde e das doenças: ciência, medicina e profissões da saúde** [e-book]. 1ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2022, v. , p. 52-78.

DE MORAIS, José Luiz; DE MORAIS, Daisy. Arqueologia da Paisagem Urbana: a cidade na perspectiva patrimonial. **Revista de arqueologia americana**, p. 81-110, 2001.

DE SOUSA, Ana Cristina. Arqueologia da paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais. **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 3, n. 2, p. 291-300, 2005.

DUARTE, J. L. (2020). Medidas Modernizadoras no Recife do Século XIX: ordenamento, progresso e civilidade. *Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História*, 17(30), 110-133.

FARIAS, G. R. (2011). Epidemia e sociedade no Recife Imperial. Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História–ANPUH, São Paulo.

FERREIRA, Marcos César; FERREIRA, Marta Marujo. INFORMAÇÕES ESPACIAIS DE CARTAS ANTIGAS VISUALIZADAS EM IMAGENS DIGITAIS ATUAIS: UMA CONTRIBUIÇÃO DO SIG À ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 26, p. 1-14, 2013.

FREITAS, Pollyana Calado de; RAMOS, Ana Catarina Peregrino Torres Ramos. ESTRATIGRAFIA DA PAISAGEM CEMITERIAL: CEMITÉRIOS OITOCENTISTAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE. In: **Memórias Póstumas** [recurso eletrônico] : arqueologia cemiterial em Pernambuco / organização : Viviane Maria Cavalcanti de Castro, Ana Catarina Peregrino Torres Ramos, Pollyana Calado de Freitas. – Recife : Ed. UFPE, 2024

FREYRE, Gilberto. **Inglês no Brasil**: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1977.

GOMES, Ney. A paisagem histórica da capital paraense e suas interrelações com as pessoas: e a Arqueologia com isso? **Revista de Arqueologia**, v. 36, n. 2, p. 243-273, 2023.

Gonçalves, T. C. (2024). A urbanização pernambucana na primeira metade do século XIX: as redes político-administrativa, judiciária e eclesiástica de núcleos urbanos. *URBANIZAÇÕES BRASILEIRAS-1800-1850*, 106.

LATOUR, B. **Jamais Fomos Modernos**. Rio de Janeiro. Ed. 34, 1994.

LEONARDI, Mariagrazia. Paisagem urbana e arqueologia. **Artitextos**, n. 05, 2007.

LESSA, Andrea; TAVARES, Reinaldo Bernardes; CARVALHO, Claudia Rodrigues. Paisagem, morte e controle social: o Valongo e o cemitério dos pretos novos no contexto escravocrata do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX. **Paisagens Híbridas**, v. 1, n. 1, p. 132-161, 2018.

Mac Cord, M. (2013). Conexões atlânticas nos canteiros de obras públicas recifenses: lutas subalternas contra a precarização do trabalho. Década de 1850. *Revista de História Comparada*, 7(1), 156-185.

MACHADO, Filipe Diêgo Cintra; CASTRO, VMC de. Arqueologia funerária no Cemitério de Santo Amaro, Recife-PE: jazigos e signos da elite recifense na segunda metade do século XIX. **Clio Arqueológica**, v. 32, n. 2, p. 187-208, 2017.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Ingleses em Pernambuco**: história do Cemitério Britânico do Recife e da participação de ingleses e outros estrangeiros na vida e na cultura de Pernambuco, no período de 1813 a 1909. Recife: IAHGP, 1972.

Melo, Fábio Cavalcante de. **Territórios fúnebres do Recife**: morte e vida nos bairros da Várzea e Casa Amarela Recife. Dissertação (Mestrado), UFPE, Geografia, 2024.

Moreira, F. D., & Saraiva, K. (2018). Dos subúrbios coloridos aos horizontes molhados: a expansão urbana do Recife nos anos 1920. *Anais do XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Rio de Janeiro: UFRJ.*

NAJJAR, R. 2002. Manual de Arqueologia Histórica em projetos em restauração. Em: (consultado em: 20/02/2020).

NOGUEIRA, Luís Filipe Harten. Arqueologia no Cemitério de Santo Amaro, Recife/PE: uma análise das representações infantis presentes na arte funerária dos jazigos (1851-1930). **Revista de Ciências Humanas Caeté**, v. 4, n. 1, p. 103-108, 2022.

Oliveira, Lucio Flávio Santos de. **Arqueologia da Paisagem Urbana na Praça da Independência no Século XX, Recife**. Monografia (Bacharelado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

Penna, A. D. (2011). Na cidade brasileira entre os séculos XIX e XX: periferias e centros, pobrezas e riquezas. Tese de Doutorado - Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG.

PIO, Fernando dos Santos. **Notícia histórica e sentimental da Igrejinha de Nossa Senhora da Boa Viagem**. Recife: Imprensa Universitária, 1961.

ROCHA, Artur Gilberto Garcéa de Lacerda. **Discursos de uma Modernidade**: As Transformações Urbanas na Freguesia de São José (1860-1880). Mestrado em História, UFPE-CFCH, Recife, 2003.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos Mortos na Cidade dos Vivos**. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura, 1997

RODRIGUES, Cláudia. Os cemitérios públicos como alvo das disputas entre Igreja e Estado na crise do Império (1869-1891). **Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 13, n. 1, p. 119-142, 2009.

SANTO, Marta Alexandra Soares Espirito. **O Espaço Cemiterial Moderno: Um estudo comparativo entre Abney Park e Conchada**. 2020. Dissertação de Mestrado (Faculdade de Ciências e Tecnologia).

SIAL, Vanessa. Reforma cemiterial oitocentista e o caso do Caçote: uma necrópole que o Recife não quis. **Clio. Revista de Pesquisa Histórica**, p. 185-212, 2006.

Silva, L. V. M. (2018). Discurso de uma cidade em dúvida: tradicionalismo e Modernidade no Recife nos anos 1920.

Silva, R. A., & de Albuquerque, M. Z. A. (2019). Recife e uma ponte para a modernidade: relações entre imaginário e espaço público. *MÉTIS: HISTÓRIA & CULTURA*, 18(35).

Simonini, Y., & Ferreira, A. L. (2021). Labor e Ócio: melhoramentos portuários e espaços urbanos de sociabilização em Recife/Brasil (séculos XIX e XX). *Registros. Revista de Investigación Histórica*, 17(1), 5-26.

Soares, P. D. C. B. (2024). Mapas coloniais e arqueologia: uma análise pós-processual da paisagem da cidade do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII. *Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 18(1), 57-72.

TAVARES, Davi Kiermes; BRAHM, José Paulo Siefert; RIBEIRO, Diego Lemos. Museu da morte? Vozes e narrativas no Cemitério de Santo Amaro, Recife/PE. **Revista de História Comparada, Rio de Janeiro**, v. 10, n. 2, p. 96-125, 2016.

TEIXEIRA, M. (2019). Arqueologia da cidade através da cartografia urbana histórica. *Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Universidade Técnica de Lisboa. Braga*.